

## PROJETO DE LEI №

, DE 2018

(Do Sr. Moisés Diniz)

"Aumenta os valores a serem pagos pelo Programa Bolsa Família nos municípios da Faixa de Fronteira e dá outras providências".

## O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** As famílias que residem nos municípios da Faixa de Fronteira terão um aumento de 50% (cinquenta por cento) nos valores pagos pelo Programa Bolsa Família por cada filho, respeitadas as regras vigentes.

**Art. 2º** As famílias que residem nos municípios da Linha de Fronteira, aonde haja município, vila ou similar de um país vizinho, terão aumento de 100% (cem por cento) nos valores pagos pelo Programa Bolsa Família por cada filho.

**Parágrafo Único** O município ou vila do país vizinho deve estar situado a uma distância de no máximo 30 (trinta) quilômetros do município brasileiro para que as famílias façam jus ao que determina o artigo 2º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

As nossas fronteiras são linhas que matam, funcionam como muralhas sem tijolo e ferro. Elas fazem parte de um mundo imenso, silencioso e como se não tivesse dono: 27% do território brasileiro, 11 Estados (8 deles na Amazônia), 16 mil quilômetros de extensão, cruzam 10 países, são 9 mil quilômetros de rios, lagos e canais, 588 municípios e 11 milhões de habitantes.

Pelas nossas fronteiras somos atingidos pelo tráfico de drogas, de armas de fogo, munições e explosivos; contrabando e pirataria, evasão de divisas, exportação ilegal de veículos, imigração ilegal de estrangeiros e tráfico de pessoas; crimes ambientais e desmatamento ilegal nos estados amazônicos.

A juventude pobre dos municípios de fronteira é a mais atingida pelo tráfico de drogas, aonde encontra uma criminosa e letal forma de sobrevivência. Aumentar os valores do Programa Bolsa Família nos municípios de fronteira é dar mais condições financeiras a uma família pobre, junto com os seus filhos, para poder enfrentar o assédio dos traficantes.

Nesse sentido, rogo o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2018.